

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, diante do agravamento da pandemia da Covid-19, a DESO enfrentou dois grandes desafios: preservar a saúde dos colaboradores e garantir a continuidade dos serviços. Ao longo do ano mantivemos as medidas de segurança contidas no nosso Plano de Contingência, com retorno dos empregados com comorbidades e/ou maiores de 60 anos às atividades presenciais somente após a imunização segunda dose da vacina. Mesmo nos momentos mais críticos, continuamos firmes no nosso propósito: garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma eficiente e eficaz, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.

Durante o ano investimos aproximadamente R\$ 88 milhões na implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, avançando na universalização do saneamento básico em Sergipe. Concluímos obras importantes, com destaque para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Zona de Expansão de Aracaju, contemplando as localidades da Aruana, Santa Tereza, Costa do Sol, Beira Mar, Aeroporto, Jardim Paraíso, Costa Verde, Aquarius II, dentre outras, garantindo mais saúde e qualidade de vida a população do entorno.

Também estamos em fase de conclusão de diversos outros empreendimentos, como a ampliação dos sistemas de abastecimento de água do Piauitinga, do Alto Sertão e do Agreste, além da implantação dos sistemas de esgotamento sanitário da sede de Lagarto, no Bairro Jabutiana e na Zona Norte de Aracaju e no Complexo Jardim, em Nossa Senhora do Socorro. Essas obras beneficiarão aproximadamente 600 mil habitantes e somadas representam um investimento total de mais de R\$ 500 milhões, trazendo qualidade de vida e desenvolvimento econômico para o Estado.

Visando atender as metas de universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Estado até 2033, realizamos em 2021 a maior operação de crédito da história do Banco do Nordeste em Sergipe, garantindo um investimento total de R\$ 270 milhões, direcionados a execução de obras de implantação da Estação de Tratamento de Água do Semiárido e implantação da 2ª Etapa da Duplicação da Adutora do Sertão (trecho de Nossa Senhora Aparecida a Simão Dias), além da implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos municípios de Boquim, Carira, Itabaianinha, Nossa Senhora da Glória, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto. Mais de 250 mil sergipanos serão beneficiados com essas obras.

Avançamos também na redução de custos, com aquisição de energia elétrica por meio do Ambiente de Contratação Livre (ACL), visando o atendimento às nove maiores unidades operacionais da Companhia, representando uma economia de aproximadamente R\$ 6 milhões entre os meses de agosto e dezembro e estimativa de economia de 60 milhões de reais nos próximos 5 anos. O início da operação do Sistema Adutor da Barragem do Rio Poxim proporcionou, além da garantia do abastecimento de Aracaju nos próximos 10 anos, uma redução considerável na utilização de produtos químicos para tratamento da água, gerando uma economia anual de aproximadamente R\$ 3,5 milhões.

Concluímos ainda em 2021 os Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira e o Plano de Captação de Recursos para Universalização do Saneamento Básico em Sergipe até 2033, em atendimento ao Decreto Federal 10.710/2021, onde comprovamos que a nossa Companhia tem condições suficientes para atender ao Novo Marco Legal do Saneamento. Todos os estudos foram aprovados por um Certificador Independente e aprovados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado.

Desta forma, seguimos firme no nosso compromisso com a população sergipana, prestando um serviço público de excelência, através boas práticas de governança corporativa, eficiência operacional, sustentabilidade econômico-financeira e responsabilidade socioambiental.

Seguimos juntos,

A Administração

2. QUEM SOMOS

Cuidamos do futuro das pessoas e do meio ambiente.

Somos a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), empresa de economia mista – com 99,83% das ações detidas pelo Governo do Estado de Sergipe –, criada em 25 de agosto de 1969¹ e responsável por estudos, projetos e execução de serviços de captação, tratamento e abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Nosso time conta com 1.626 colaboradores, além de terceiros, engajados no desafio de garantir o bem comum da população por meio da operação do saneamento básico. A prontidão para a melhoria de abastecimento hídrico e esgotamento é um compromisso com a saúde pública e um zelo com o meio ambiente, expresso na proteção das matas que margeiam os mananciais e na educação ambiental das comunidades locais.

Com sede em Aracaju (SE), atuamos em 71 sedes municipais e 676 localidades. No total, atendemos mais de 1,9 milhão de habitantes, além de grandes clientes, como comércios, indústrias e prestadores de serviços público e privado. A partir de 67 estações de tratamento, 145 estações elevatórias e mais de 6 mil quilômetros de redes e adutoras, em 2021 distribuímos mais de 75 bilhões de litros de água para os sergipanos, com coleta e tratamento de mais de 20 bilhões de litros de esgoto, através de 18 estações de tratamento, 137 estações elevatórias e mais de mil quilômetros de redes e emissários de esgoto.

Tendo como principal objetivo universalizar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário em Sergipe, estamos investindo mais de R\$ 600 milhões em obras por todo o Estado, garantindo mais R\$ 270 milhões em 2021 e com previsão de mais de R\$ 2 bilhões até 2033.

¹ Decreto-Lei Estadual nº 109 e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Estadual nº 268.

2.1. Área de atuação

Presença em 74 dos 75 municípios do Estado de Sergipe²

Regional	Município	
Metropolitana	Aracaju	Nossa Senhora do Socorro
	Barra dos Coqueiros	São Cristóvão
Norte	Brejo Grande	Nossa Senhora das Dores
	Ilha das Flores	Cedro de São João
	Japoatã	Propriá
	Neópolis	Telha
	Pacatuba	Japaratuba
	Santana do São Francisco	Pirambu
	São Francisco	Siriri
	Malhada dos Bois	Muribeca
Centro-oeste	Capela	
	Moita Bonita	Maruim
	Ribeirópolis	Riachuelo
	Areia Branca	Santo Amaro das Brotas
	Campo do Brito	Divina Pastora
	Itabaiana	General Maynard
	Macambira	Rosário do Catete
	São Domingos	Santa Rosa de Lima
Sertão	Laranjeiras	Malhador
	Aquidabã	Monte Alegre
	Amparo do São Francisco	Nossa Senhora Aparecida
	Canhoba	Nossa Senhora da Glória
	Carira	Nossa Senhora de Lourdes
	Cumbe	Pedra Mole
	Feira Nova	Pinhão
	Frei Paulo	Poço Redondo
	Gararu	Porto da Folha
	Graccho Cardoso	São Miguel do Aleixo
Sul	Itabi	Canindé do São Francisco
	Itabaianinha	Boquim
	Tomar do Geru	Cristinápolis
	Umbaúba	Indiaroba
	Lagarto	Pedrinhas
	Riachão do Dantas	Santa Luzia do Itanhy
	Salgado	Tobias Barreto
	Simão Dias	Itaporanga D'Ajuda
	Poço Verde	Estância
	Arauá	

² Apenas o município de Carmópolis não faz parte da nossa área de atuação. As sedes dos municípios de São Cristóvão, Capela e Estância, além de grande parte de suas localidades também não são atendidos pela DESO..

2.2. Mercados atendidos.

Mais de 1,9 milhão de habitantes atendidos

Produto	Categoria	Clientes	Volume Consumido de Água (em m³)	Volume Coletado de Esgoto (em m³)
Água	Residencial	614,048	67.041.153	-
	Comercial	25.536	3.625.052	-
	Público	4.293	2.189.965	-
	Industrial	360	3.212.031	-
	TOTAL	644.237	76.068.201	-
Esgoto	Residencial	170.573	-	19.118.089
	Comercial	12.403	-	1.846.183
	Público	743	-	491.459
	Industrial	60	-	69.925
	TOTAL	183.779	-	21.525.656

Informação / Água	Ano		Municípios atendidos	Ano	
	2021	2020		2021	2020
Quantidade de Municípios atendidos com abastecimento de água	74	74	Com delegação em vigor	68	56
Quantidade de sedes municipais atendidas com abastecimento de água	71	71	Com delegação vencida	0	12
Quantidade de localidades atendidas com abastecimento de Água	678	614	Sem delegação	03	03

Informação / Esgoto	Ano		Municípios atendidos	Ano	
	2021	2020		2021	2020
Quantidade de Municípios atendidos com esgotamento sanitário	09	05	Com delegação em vigor	68	56
Quantidade de localidades atendidas com esgoto	07	01	Com delegação vencida	0	12
Quantidade de municípios não atendidos	62		Sem delegação	03	03

2.3. Grandes números

Número de empregados	1.625
Número de economias atendidas	828.016
Receita Operacional Líquida	655.265.207
Extensão de adutoras e redes de água (km)	6.436
Extensão de emissários, coletores-troncos e redes de esgoto	1.235
Número de Estações Elevatórias de Água	145
Números de Estações de Tratamento de Água	67
Número de Estações Elevatórias de Esgoto	137
Número de Estações de Tratamento de Esgoto	18
Obras em andamento	R\$ 841.469.439
Energia consumida	237,5 GWh
Número de poços	183
Volume total de água consumida	76.068.201
Volume total de esgoto tratado (em m ³)	21.525.656

2.4. Identidade Organizacional da DESO

Negócio

Prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do Estado de Sergipe.

Missão

Garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma eficiente e eficaz, visando a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.

Visão

Ser reconhecida pelos Clientes e a Sociedade como uma empresa que presta serviços públicos de excelência, através boas práticas de governança corporativa, eficiência operacional, sustentabilidade econômico-financeira e responsabilidade socioambiental.

Valores

- Sustentabilidade
- Ética
- Transparência
- Gestão pública de excelência
- Eficiência e Eficácia Orientadas **só** Cliente
- Valorização da Vida
- Compromisso Social
- Dedicação
- Proatividade
- Impessoalidade
- Foco em Resultados
- Inovação
- Perseverança

2.5. Nossa estratégia

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- Custo competitivo e alta produtividade como alavancagem da rentabilidade;
- Aumento do valor percebido pelos clientes e sociedade;
- Excelência na gestão de pessoas e da cultura organizacional;
- Melhoria expressiva da gestão dos ativos;
- Melhoria dos relacionamentos para defesa dos nossos interesses;
- Implantação e ampliação dos sistemas de água e esgoto;
- Tecnologia, transformação digital e inovação orientada à geração de valor;
- Desenvolvimento de competência central para impulsionar a captação de recursos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

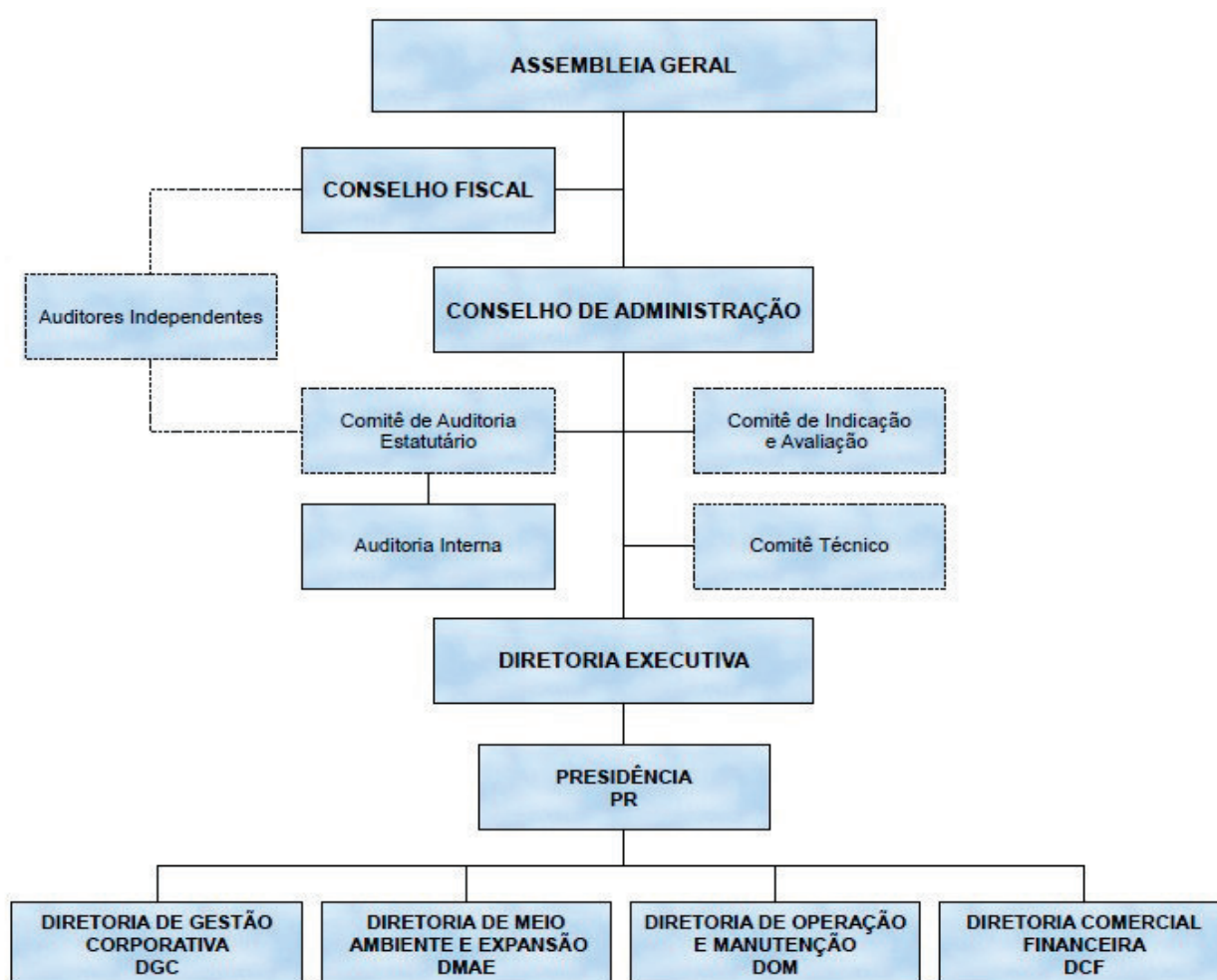
- (a) Gerar Valor para a Sociedade;
- (b) Aumentar Arrecadação;
- (c) Alavancar a Produtividade;
- (d) Universalizar Água e Esgoto;
- (e) Assegurar o Bem-Estar Humano e Ecológico;
- (f) Regularizar os Contratos de Programa;
- (g) Assegurar a Excelência na Satisfação dos Clientes;
- (h) Garantir a Segurança Hídrica;
- (i) Assegurar a Qualidade da Água Distribuída e do Efluente Tratado;
- (j) Fortalecer a Imagem Institucional;
- (k) Aumentar a Efetividade dos Processos com Impacto Direto em Clientes e Sociedade;
- (l) Ser Referência Nacional em Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética;
- (m) Integrar a Cadeia de Valor, Promovendo a Melhoria Contínua dos Processos de Negócio;
- (n) Atender aos Requisitos Legais, Ambientais e Regulatórios;
- (o) Garantir a Qualidade, Tempestividade, Legalidade e Economicidade de Obras Especiais;
- (p) Ampliar o Ambiente Digital no Relacionamento com Clientes e Demais Partes Interessadas;
- (q) Atender às Expectativas das Partes Interessadas;
- (r) Reposicionar a Gestão de Pessoas Visando o DHO;
- (s) Garantir um Ambiente Seguro, Saudável e Motivador para os Colaboradores;
- (t) Ressignificar Crenças e Valores como Habilitador da Estratégia
- (u) Desenvolver os Líderes nas Competências que Alicerçam as Estratégias;
- (v) Conservar, Modernizar e Ampliar Sistemas de Abastecimento e Esgotamento e Escritórios;
- (w) Incorporar Tecnologias e Demais Inovações da Indústria 4.0 aos Processos e Serviços.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E ÉTICA EMPRESARIAL

Somos uma sociedade de economia mista. **Em 2020**, o Conselho de Administração aprovou o aumento do nosso capital social no valor de **R\$ 402.511.392,83**, no limite do capital autorizado no Estatuto. Com o resultado da incorporação, o capital social subscrito e integralizado passou de R\$ **899.488.607,18** para **R\$ 1.302.000.000,00**, sendo o Governo do Estado de Sergipe detentor de 99,83% das ações (99,99% das ações ordinárias e 99,16% das ações preferenciais).

Os órgãos que compõem nossa estrutura de tomada de decisões são Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

3.1. Estrutura de governança



Assembleia Geral

Órgão máximo, com poder de deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências para defesa e desenvolvimento dos negócios. Também compete à instância fixar a remuneração, global ou individual, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, dos membros dos Comitês Estatutários e dos Diretores.

Conselho Fiscal

Instância fiscalizadora composta por três membros efetivos e igual número de suplentes eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

Composição

Claudiano Guimarães Santos

Denilson Ribeiro Evangelista

Jairo Henrique Cordeiro de Menezes

Conselho de Administração: Órgão de deliberação colegiada composto por sete membros, escolhidos entre pessoas naturais, brasileiras, residentes no Estado de Sergipe, sendo cinco indicados pelo acionista controlador; um representante dos empregados (de acordo com a Lei Estadual nº 2.608/1987) e um eleito pelos acionistas minoritários, que deverá atender aos requisitos do artigo 22 da Lei Federal nº 13.303/2016.

Compete ao Conselho de Administração aprovar e submeter à Assembleia Geral as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Sustentabilidade; aprovar o plano de negócio e o orçamento empresarial para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; e promover anualmente a análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo.

Composição

Marcos Venicius Nascimento – Presidente

Carlos Fernandes de Melo Neto – Vice-Presidente

Charles Alves de Oliveira Júnior

Eduardo Cabral de Melo Ficho

José Lima Santana

Raimundo José Cardoso Filho – Representante dos Empregados

Valmor Barbosa Bezerra

Comitês Estatutários

O Conselho de Administração conta com o assessoramento de três Comitês Estatutários permanentes. Seus membros serão remunerados conforme estabelecido pela Assembleia Geral:

- **Comitê de Auditoria**, responsável pela supervisão: dos processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros; dos processos de gestão de riscos e controle interno; e da atuação dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna; além das atribuições descritas no capítulo a seguir.
- **Comitê de Indicação e Avaliação**, cujo dever é auxiliar o acionista controlador, que verificará a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, nos termos da legislação vigente.
- **Comitê Técnico**, cujas atribuições estão descritas no capítulo a seguir.

Diretoria Executiva: Órgão executivo composto por cinco membros eleitos pelo Conselho de Administração, atuando em suas respectivas competências.

Compete à Diretoria Executiva apreciar os planos e programas gerais, encaminhando-os para aprovação do Conselho de Administração; submeter anualmente à apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração o Relatório de Sustentabilidade; e apresentar ao Conselho de Administração o plano de negócio para o exercício seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos. Preocupações cruciais são encaminhadas pelo Diretor-Presidente ao Presidente do Conselho de Administração por meio de pauta previamente aprovada, em linha com resolução interna. Temas de menor relevância são apresentados pelo Diretor-Presidente no item “o que ocorrer” das reuniões ordinárias ou propostos diretamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Composição

Carlos Fernandes De Melo Neto – Diretor-Presidente

Ricardo Pereira Simões Dos Reis – Diretor de Gestão Corporativa

José Gabriel Almeida De Campos – Diretor de Meio Ambiente e Expansão

Carlos Anderson Silveira Pedreira – Diretor de Operação e Manutenção

Carlos Alberto Coutinho – Diretor Comercial e Financeiro

Os membros do Conselho de Administração e os indicados para o cargo de diretor, inclusive diretor-presidente, são escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, com experiência comprovada para a posição pretendida, entre outros critérios definidos em nossos Estatuto Social e Política de Indicação. É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de dois conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias.

Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às nossas atividades, sendo vedado a recondução do administrador que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado nos últimos dois anos.

A avaliação dos executivos deve ser realizada anualmente de modo a orientar o aperfeiçoamento da governança corporativa. O processo deve considerar critérios como: exposição dos atos de gestão, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; contribuição para o resultado do exercício e para a sustentabilidade financeira; consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no planejamento estratégico; contribuição para a diversidade de experiências, formações acadêmicas e qualidade das discussões e deliberações do órgão colegiado do qual participa. O Conselho de Administração é responsável por conduzir a avaliação: da Diretoria-Executiva como colegiado; cada diretor individualmente, incluindo o Diretor-Presidente; do Conselho de Administração como colegiado; e de cada conselheiro por meio de autoavaliação, individualmente. Já o Conselho Fiscal é responsável por conduzir a avaliação do Conselho Fiscal como colegiado; e de cada conselheiro por meio de autoavaliação, individualmente. O Comitê de Indicação e Avaliação oferece o apoio metodológico e procedimental necessário.

3.2. Gestão de riscos

Em 2021 aprovamos nossa Política de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece diretrizes, conceitos, responsabilidades e procedimentos de gerenciamentos de riscos, de forma a assegurar identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos do negócio com o propósito de contribuir para a sustentabilidade das operações e apoiar os processos decisórios.

Contamos com uma área de Controle Interno e Gestão de Riscos, que fiscaliza o cumprimento de diretrizes, normas, disposições legais, processos, princípios contábeis, obrigações estatutárias e regimentais, e gere riscos e aspectos de *compliance* para garantir a legalidade das ações internas e evitar impactos nas operações.

Cabe a essa equipe adotar práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; aprovar a política interna, com diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e gestão de riscos e dos controles; supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação dos serviços; estabelecer limites de exposição a riscos globais; e aprovar e supervisionar o método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos, entre outras atribuições.

A área de Controle Interno e Gestão de Riscos reporta-se diretamente ao Conselho de Administração em situações em que há suspeita de envolvimento de executivo em irregularidades, conforme estabelecido em nosso Estatuto Social.

O Conselho de Administração tem o papel de implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno para a prevenção e mitigação dos principais riscos, inclusive relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude. O órgão é assessorado pelo Comitê de Auditoria na avaliação e no monitoramento da matriz de riscos estratégicos, com a priorização dos riscos e seus respectivos planos de resposta e contingência.

Nosso Estatuto ainda prevê um Comitê Técnico, cuja missão é identificar, avaliar, monitorar continuamente os riscos e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar a

evolução dos passivos; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos; e propor critérios para a identificação de riscos inerentes à atuação dos conselheiros e a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração referente aos assuntos das auditorias interna e externa.

Complementarmente, a Auditoria Interna afere a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do mecanismo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

3.3 Ética, integridade e transparência

Do decorrer das últimas cinco décadas, construímos uma história alicerçada em princípios e valores, com prevenção de conflitos de interesse, vedação de atos de corrupção e fraude e demais orientações relacionadas à conduta ética, que sempre nortearão nossos relacionamentos internos e externos.

Esse comportamento está documentado em nosso Código de Conduta e Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração em 2018, que visa à padronização das condutas pessoal e profissional de todos, independentemente de cargo e função, além de referenciar o combate às formas de corrupção e atos que lesem a administração pública. O material está disponível para consulta em nosso *website* e em todos os locais de atendimento aos clientes. Também é distribuído aos nossos administradores e empregados, que devem assinar o termo de recebimento, declarando observação e cumprimento das orientações.

Os treinamentos sobre o código entre todos os administradores, gestores e empregados são obrigatórios e devem ocorrer no mínimo anualmente. É responsabilidade da área de Controle Interno propor ações de atualização, disseminação e cumprimento das normas, bem como estabelecer critérios para o tratamento de situações não previstas no material, dirimir situações controversas, equacionar dilemas éticos e garantir a uniformidade dos critérios usados na resolução de casos similares.

Mantemos ainda canais de denúncia para recebimento de queixas e acusações internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade, das políticas estratégicas e das demais normas internas. Além disso, há mecanismos de proteção para impedir

qualquer tipo de retaliação a quem utilize esses canais, e sanções aplicáveis em caso de comprovada violação às regras, como advertência (verbal ou escrita), suspensão e demissão.

A Ouvidoria é a unidade responsável pelo recebimento de denúncias, que, sempre que possível, devem ser acompanhadas de comprovação. O Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna também contam com meios para receber queixas, inclusive sigilosas, internas e externas, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

Todas as demandas recebidas são tratadas com imparcialidade e confidencialidade, com processo instaurado pela Ouvidoria, que as encaminha à área de Controle Interno para análise preliminar e posterior remessa, se aplicável, à Comissão de Conduta e Integridade.

Essa instância é formada por seis empregados efetivos, três deles indicados pela Diretoria Executiva e três eleitos pelos empregados, com mandatos unificados de dois anos, vedada a recondução e a concessão de qualquer privilégio ou remuneração, sujeitos à aprovação pelo Conselho de Administração. As reuniões da comissão são realizadas sempre que necessário, mediante fatos ou solicitações que justifiquem, e devem analisar a natureza e a frequência das transgressões ao Código, recomendando ações preventivas e corretivas, acompanhando os processos de infração e estimulando o comprometimento dos empregados com uma conduta ética.

A cada dois anos, a instância analisa a efetividade do Código de Conduta e Integridade a fim de propor melhorias.

No documento está inserida nossa Política de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesse, que estabelece deveres e vedações. Cabe à área de Controle Interno avaliar eventuais conflitos de interesses e deliberar as medidas a serem aplicadas.

4. GESTÃO DE PARTES INTERESSADAS

4.1. Gestão das partes interessadas

4.1.1. Colaboradores

Encerramos o ano com 1.625 colaboradores, dos quais **81,5% homens e 18,5% mulheres** – todos com contrato de trabalho permanente e cobertos pelo acordo de negociação coletiva, **incluindo os não sindicalizados**. Pouco mais da metade da força de trabalho (**55,5%**) atuava na região metropolitana, enquanto os demais dividiam-se entre as regionais Sul (**13,3%**), Centro-Oeste (**8,3%**), Sertão (**13,4%**) e Norte (**9,5%**)³.

Como sociedade de economia mista, contratamos os nossos empregados somente mediante concurso público, em atendimento ao artigo 37, inciso II, da Constituição Federal. Nos dois últimos concursos realizados (em 2004 e 2013), garantimos o percentual mínimo de vagas para pessoas com deficiência previsto no artigo 93 da Lei Federal nº 8.213/1991. Entretanto, como ainda não realizamos nenhum concurso após a Lei Estadual nº 199/2017, que dispõe sobre a reserva de cota racial, ainda não realizamos o acompanhamento do percentual de empregados por cor e raça.

Entretanto, o nosso Código de Conduta e Integridade estabelece que, nos relacionamentos entre diretores, empregados e colaboradores, é dever exercer as funções sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, garantindo um ambiente livre de constrangimento moral ou sexual de qualquer ordem; e vedado praticar ou permitir qualquer forma de discriminação relativa à etnia, raça, idade, sexo, cor, nacionalidade, credo, religião, orientação política, preferência sexual, incapacidade física ou mental e/ou qualquer outra classificação protegida por leis federais, estaduais ou municipais.

A nossa política salarial é baseada no **Plano de Cargos, Carreiras e Salários**, tendo como critérios o cargo de ingresso do empregado e o respectivo tempo de serviço, sem distinção entre homens, mulheres, sejam PcD ou não. Reconhecemos a necessidade de intensificarmos estratégias específicas para promoção da diversidade e equidade, com políticas afirmativas de combate ao capacitismo, ao machismo, à LGBTfobia e ao racismo.

No Acordo Coletivo de Trabalho firmado com o sindicato contamos com uma cláusula direcionada à proteção da mulher, assegurando às empregadas gestantes e lactantes, na hipótese

³ Informações compiladas com base nos dados do cadastro do setor Pessoal. Há ainda profissionais terceirizados para serviços específicos, como serviços de limpeza, vigilância, leitura, cobrança, entre outros.

de estarem expostas ou submetidas a condição insalubres, como Estações de Tratamento e/ou perigosas que ofereçam riscos, sejam prejudiciais ou incompatíveis com a gestação/lactação, o automático remanejamento de atividade e/ou local de trabalho, sem prejuízo da qualidade do trabalho e da remuneração, durante o período da gestação/lactação, retornando ao setor somente ao término da condição em questão. Asseguramos também à empregada lactante a redução de uma hora por turno da jornada diária de trabalho até que o filho complete 12 meses de idade.

Participamos também do Programa Empresa Cidadã, prorrogando por mais 60 dias a duração da licença-maternidade, como previsto no artigo 7º, inciso XVIII da Constituição Federal e conforme Lei 11.770/2008, bem como promovemos por mais 15 dias a licença-paternidade, como previsto no artigo 7º, inciso XIX da Constituição Federal e conforme Lei 13.257/16.

Colaboradores por gênero⁴	
Homens	1.324
Mulheres	301
Total	1.625

Colaboradores por regional⁴	
Metropolitana	902
Sul	215
Centro-Oeste	135
Sertão	218
Norte	155
Total	1.625

Colaboradores por tipo de emprego (tempo integral ou período parcial), por gênero⁴			
	Homens	Mulheres	Total
Tempo integral - 200 hs	988	198	1.186
Período parcial – 180 hs	336	103	439
Total	1.324	301	1.625

Colaboradores por faixa etária⁴	
Abaixo de 30 anos	103
Entre 30 e 50 anos	880
Acima de 50 anos	642
Total	1.625

Pandemia Covid-19

Desde o Decreto Estadual do Governo de Sergipe nº 40.563 de 20/03/2020 sobre a pandemia, o setor de saúde ocupacional vem, tomando medidas de prevenção que evitem a contaminação na empresa, incluindo afastamento de casos suspeitos / confirmados, como também monitorando todos os empregados, terceirizados, estagiários e aprendizes, através telefone, e-mail ou whatsapp, que apresentem sintomas suspeitos / confirmados para o COVID-19.

Em 2021, reafirmamos nosso compromisso com a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores. Com a Medida Provisória nº 1.046/2021, retomamos a realização dos exames periódicos, porém por questões de segurança dos empregados e para evitar aglomeração na clínica onde se realiza os exames, foi solicitado apenas os exames dos trabalhadores a que se expõem a riscos laborais. Mantivemos as medidas de segurança na empresa, as quais estão descritas no Plano de Contingência de combate ao novo coronavírus da DESO elaborada em 2020, tais como distanciamento seguro, obrigatoriedade do uso de máscaras na empresa, distribuição de álcool gel em *dispenser* e *totens* por toda a empresa, verificação da temperatura corporal nas entradas, higienização diária dos setores, distribuição de máscaras para os empregados, além da obrigatoriedade do envio do cartão de vacinação pelo empregado via sistema interno. Os empregados que apresentem sintomas para COVID-19, assim como os terceirizados, estagiários e aprendizes são monitorados através de telefone, e-mail, *whatsapp* e através de um programa de monitorização desenvolvido internamente, possibilitando o controle e registro dos casos, por unidades/municípios.

Sistema De Vacinação Contra Covid-19

O PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional foi atualizado já incluindo o risco biológico do novo coronavírus, contendo as medidas preventivas adotadas pela empresa quanto ao combate da COVID-19 no ambiente de trabalho, inclusive quanto a exigência de apresentação do cartão de vacina contendo o imunizante tomado na realização do exame periódico, além do envio da cópia do cartão de vacina, através do Portal do Colaborador, a fim de que possamos acompanhar o fluxo de vacinação, considerando que a empresa poderá aplicar sanções disciplinares, para os empregados que se negaram a receber o imunizante, vez que está previsto em lei a compulsoriedade da vacinação contra a COVID-19 (Lei 13.979/20, art. 3º, III, “d”; ADI 6.586; e entendimentos do MPT e TRTs), sob pena de colocar em risco a imunização coletiva.

Casos De Síndrome Gripal

Em dezembro de 2021, foi verificado o aumento dos casos de Síndrome Gripal (SG) com exames negativos para SARS-CoV-2 e com positividade para o vírus Influenza A H3N2. Como tem ocorrido em outros estados, Sergipe tem apresentado a circulação do vírus Influenza A H3N2 já no mês de dezembro.

Internamente seguimos a nota técnica nº 01/2022 DAPS/DVS – SES do Governo de Sergipe que orienta que caso as pessoas apresentem sintomas de síndrome gripal, devem procurar os serviços de saúde, conforme o protocolo para COVID-19 ainda vigente e recomenda que deve ser coletado exame para diagnóstico da COVID-19 (RT-PCR ou teste antigênico para SARS-CoV-2). Essa informação foi amplamente divulgada através dos meios digitais e aqueles colaboradores que apresentarem tais sintomas devem entrar em contato com a CSOC para orientações e monitoramento. Seguimos disponibilizando atendimento Psicológico aos empregados desde 2020, encaminhando os casos de empregados que necessitam de acolhimento atendimento à Equipe do Serviço Social da Empresa, para ser atendido por um Psicólogo, via telefone ou videoconferência,

Campanhas / Palestras

Apesar da pandemia da COVID-19, os treinamentos, palestras e orientações aos empregados foram retomados aos poucos, limitando o número de pessoas e mantendo um distanciamento seguro. Com relação aos Programas de Segurança do Trabalho, foram realizadas atualizações no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRAs, no Programa de Proteção Respiratória – PPR e no Programa de Proteção Auditiva – PCA.

O programa Saúde do Coração segue ativo com a verificação e registro dos sinais vitais aferidos durante procura no setor de enfermagem no caso dos hipertensos e diabéticos, em casos de alteração dos índices normais, o empregado é encaminhado para avaliação médica. Foram realizadas ainda, várias ações educativas, através de palestras ao longo ano de 2021 sobre os mais variados assuntos, todos de importância para o crescimento e informação dos empregados da DESO, como: Noções Básicas de Primeiros Socorros, Conscientização de Combate às Drogas e Alcoolismo, Orientações Sobre a Saúde do Trabalhador, Outubro Rosa, Dinâmica do Cuidar de Si, Novembro Azul , dentre outras.

Acidentes de Trabalho em 2021

ACIDENTES DE TRABALHO		
Ac. Típicos	Com afastamento	10
	Sem afastamento	02
Ac. de Trajeto		04
Óbito		0
TOTAL		16

4.1.2. Clientes

Em 2021, continuamos atentos às soluções que facilitem o dia a dia dos nossos clientes, estabelecemos critérios e condições para negociações de débitos, referentes às faturas mensais de fornecimento de água e serviços de esgoto, entre outros, para consumidores das categorias residencial, comercial e industrial, de acordo com o **Plano Especial de Recuperação de Crédito (PERC)**. Os clientes puderam negociar todos os débitos vencidos e não pagos. Ao entrar em contato com um de nossos postos de atendimento, em qualquer região do estado, o consumidor apurava a dívida e escolhia a forma de pagamento: à vista, sem incidência de multa e juros, ou parceladamente, com possibilidade de dividir por até 20 meses com juros de 0,3% ao mês, sendo 10% pago no ato da negociação – o valor das parcelas acordadas era acrescido ao valor da fatura de água e serviços de esgoto dos meses subsequentes, conforme especificado na fatura. Com a pandemia, muitas pessoas que sofreram com a perda de emprego ou redução de salários puderam contar essa facilidade para sanar seus débitos. Também oferecemos:

- Suspensão da interrupção de fornecimento de água por inadimplência;
- Isenção do pagamento de tarifa de água e esgoto aos usuários cadastrados na Tarifa Social;
- **Suspensão da aplicação do reajuste tarifário de 3,34%, que havia sido aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe em fevereiro de 2020;**
- Restrição do acesso aos postos de atendimento para serviços que não podiam ser realizados de forma remota;

Com o objetivo de agilizar e viabilizar a abertura de protocolos, diante da crise sanitária, introduzimos funcionalidades em nosso *website*, a exemplo do sistema de protocolo que permite a clientes e fornecedores solicitar, acompanhar e receber atualizações via *e-mail* de suas demandas. Os novos serviços incrementam a Agência Virtual, que desde 2015 oferece comodidade quando o cliente precisa ter acesso a alguns dos serviços oferecidos em nossas **58 lojas** de atendimento por todo o Estado. Mesmo com uma busca cada vez maior por atendimentos via canais digitais, mantemos essas unidades físicas em respeito aos clientes que não têm acesso à internet ou ainda não aderiram às novas tecnologias.

5. SEGURANÇA HÍDRICA, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA

Nosso trabalho de captação é realizado a partir de 183 mananciais subterrâneos (poços profundos) e 51 mananciais superficiais (rios, lagos ou represas) – sendo o Rio São Francisco o de maior abrangência, com vários pontos de captação em sua trajetória no território sergipano, atendendo os nossos quatro maiores sistemas de adutoras: São Francisco, Alto Sertão, Sertaneja e Semiárido. Entre a captação e a disponibilidade para o consumo adequado e seguro, coordenamos um complexo processo de operação, que passa por estações de tratamento, reservatórios e rede de distribuição.

Em 234 sistemas de captação, nossas equipes operacionais controlam a dosagem de produtos químicos e acompanham os padrões de qualidade para assegurar os níveis recomendados de potabilidade. Nesse processo, o tratamento da água bruta cumpre etapas como: cloração, coagulação, floculação, desinfecção e fluoretação. A medida está diretamente ligada à redução das doenças de veiculação hídrica e dos índices de mortalidade infantil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sergipe tem o maior número percentual de domicílios com água encanada entre os nove estados da Região Nordeste. Os dados são resultados do primeiro volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019. De acordo com o levantamento, 93% dos domicílios do estado possuíam água canalizada em pelo menos um cômodo.

A água fornecida à população sergipana segue as exigências do Ministério da Saúde. Para isso, passa por análises em laboratório próprio e terceirizados, com certificações ISO/IEC 17025. Mensalmente, chegam a ser coletadas 3.535 amostras e efetivados 28.050 ensaios analíticos em todo o território atendido, com relatórios de controle de qualidade emitidos para as Coordenadorias de Vigilância Sanitária.

Em nosso Laboratório Central realizamos diariamente o controle de qualidade das águas bruta, tratada e distribuída para a população, atendendo aos requisitos da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde – Anexo X. Esse controle dinâmico laboratorial tem como objetivo avaliar e instruir as decisões capazes de manter o processo produtivo em condições de obter regularmente a qualidade desejada.

O controle e a vigilância da qualidade da água tratada também é realizado *in loco* pelas Coordenações Metropolitana/Regionais de Produção, que, a partir dos relatórios laboratoriais,

providenciam ações corretivas e preventivas, buscando a manutenção do padrão hídrico. Esse Controle Dinâmico Operacional confere suporte para conhecer e ajustar o processo produtivo, se necessário. Abaixo apresentamos os resultados dos últimos dois anos:

INDICADORES DA QUALIDADE DA ÁGUA	ANO (%)	
	2020	2021
Índice De Conformidade Da Qualidade De Amostra – Cloro Residual	130,58	109,53
Incidência Das Análises De Cloro Residual Fora Do Padrão	7,45	9,03
Índice De Conformidade Da Qualidade De Amostras – Turbidez	130,58	109,53
Incidência Das Análises De Turbidez Fora Do Padrão	20,02	20,94
Índice De Conformidade Da Quantidade De Amostras – Coliforme Totais	130,58	109,53
Incidência Das Análises De Coliformes Totais Fora Do Padrão	3,32	2,84

Obras de Água

Em 2021 houve a conclusão da implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Povoado Campo do Crioulo. O empreendimento tem como objetivo abastecer com água tratada os moradores desse Povoado, localizado na cidade de Lagarto, constando 3.000m de rede de distribuição, 9.900m de adutora e reservatório elevado de **100 m³**. O valor investido nesse empreendimento foi de R\$ 2.121.666,17, feito através de recursos próprios da DESO.;

Houve também a conclusão da implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Povoado Mata do Cipó, realizado através de recursos próprios da DESO, no valor de R\$ 831.020,39. O objetivo dessa obra é abastecer com água tratada os 885 moradores do povoado, localizado em Siquiri, constando de 2.200m de rede de distribuição, 2.300m de adutora e reservatório apoiado de 50m³;

Entre as obras em fase de conclusão, destacam-se as ampliações do:

- Sistema Adutor Integrado do Agreste, que atende à demanda de 211.322 habitantes dos municípios de Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Macambira e São Domingos. A implantação

no Distrito Industrial de Itabaiana contribuirá para o desenvolvimento da cidade e possibilitará o atendimento de demandas reprimidas de água na área urbana, que responde por cerca de 70% dos volumes produzidos no Sistema Integrado da Adutora do Agreste. O único manancial com potencial para mais aproveitamento é o Jacarecica II, tendo as obras projetadas segundo critérios de menor custo de implantação e operação, atendendo aos requisitos técnicos de operação e manutenção e respeitando as exigências da legislação ambiental. A execução de obras complementares de melhoramentos operacionais e redução de perdas contribuirá para racionalização dos consumos e aumento do faturamento – investimento de aproximadamente R\$ 390 milhões no total.

- Sistema Integrado do Piauitinga, que abastece as sedes municipais e localidades de Salgado, Lagarto, Simão Dias, Poço Verde e Riachão do Dantas. Atualmente o sistema encontra-se deficitário e altamente influenciável por condições meteorológicas. Nos períodos críticos de estiagem, o balanço hídrico aponta *déficit* de 100 l/s. Além disso, a água captada no Lago da Barragem Dionísio Machado apresenta teor elevado de salinidade, com necessidade de diluição nas águas provenientes da ETA Piauitinga. Esses fatos, somados ao crescimento da demanda – principalmente no Município de Lagarto, devido à instalação de *campus* da Universidade Federal de Sergipe e de novas indústrias alimentícias –, estimularam a reavaliação das alternativas de produção para o pleno abastecimento de água da região, que conta com 156.392 habitantes. Cerca de R\$ 83 milhões estão sendo investidos nessas melhorias;

- Sistema Integrado do Alto Sertão, que abrange os municípios de Frei Paulo, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis e São Miguel do Aleixo, inseridos na Região Semiárida do estado. Essas localidades apresentam reduzidas alternativas de fontes de suprimento de água, não só no aspecto quantitativo, mas também qualitativo. O quadro é agravado pela escassez de chuvas. Nessa região, adotamos como alternativa de suprimento o Rio São Francisco, cujas águas e distâncias dos demandantes viabilizam seu uso. Cerca de 160.989 habitantes serão beneficiados com a obra, à qual estão sendo destinados aproximadamente R\$ 74 milhões.

Controle de Perdas

Empreendido desde 2013, o nosso Programa de Gestão de Perdas de Água abrange a setorização dos sistemas de distribuição por meio de Distritos de Medição e Controle (DMCs), a

instalação de equipamentos como medidores de vazão e válvulas redutoras de pressão (VRPs), a pesquisa e o reparo de vazamentos de redes, substituição de hidrômetros e fiscalização de ligações clandestinas.

Definimos as áreas de abrangência dos DMCs a partir de parâmetros como número de ligações de água, requisitos de pressão mínima e máxima, nível atual de vazamentos, limites do sistema de abastecimento, como áreas de bombeamento e áreas de válvulas redutoras de pressão, ou limites definidos com base em estudos que identificam locais estratégicos para implantação de medidores de vazão.

Os efeitos positivos do gerenciamento das pressões são reais para diminuir as perdas de água por meio da redução de pressões. A medição de vazão em redes de distribuição é outro fator importante no controle de perdas de água, pois sua correta utilização tem influência direta nos índices de perdas, os quais indicam as áreas com os níveis mais elevados de vazamentos.

Por meio da telemetria acompanhamos os dados de pressão e vazão, níveis de reservatórios, parâmetros de qualidade da água, entre outros, possibilitando um efetivo gerenciamento dos DMCs. Dessa forma, são identificadas com alterações nas vazões e pressões, falha de equipamentos, baixo nível ou extravasamentos de reservatórios. Em locais onde há pressões excessivas, instalamos estruturas redutoras de pressão. Essas estruturas são geralmente compostas pela válvula redutora de pressão (VRP), válvulas de manobras e/ou controladores de válvula. A instalação de VRPs possibilita manter uma pressão adequada nas redes e minimizar a ocorrência de vazamentos.

Para avaliação de perdas de água dos nossos sistemas de abastecimento, identificamos os volumes de água perdidos, com o objetivo de fornecer dados e informações que possibilitem melhorar a gestão de perdas, sendo o balanço hídrico, padronizado pela IWA, o método utilizado para a avaliação das perdas de água. O cálculo é realizado com o volume de água que entra num determinado sistema, o qual é dividido em dois grupos: consumos autorizados e perdas de água. Os consumos autorizados faturados são responsáveis pela composição das águas faturadas no sistema. Os consumos autorizados, porém não faturados (usos operacionais, bombeiro, e etc.), em conjunto com as perdas reais (provenientes dos vazamentos) e perdas aparentes (provenientes de problemas na micromedição e irregularidades nas ligações), compõe as parcelas responsáveis pelas águas não faturadas no sistema.

6. TRATAMENTO DE EFLUENTES, RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Obras de Esgoto

A cobertura de esgotamento sanitário em nosso estado é de 54%, percentual que buscamos ampliar rumo à universalização com obras de inclusão. Em 2021, destacamos a conclusão das obras de implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário da Zona de Expansão de Aracaju, que possibilitará o recolhimento dos despejos domésticos da população residente nas áreas da Aruanda, Santa Tereza, Costa do Sol, Beira Mar, Aeroporto, Jardim Paraíso, Costa Verde, Aquarius II, Diana, Recanto da Paz e JC Barros, visando a garantia de mais saúde e de qualidade de vida da população, projetada em 97.966 habitantes para o ano de 2030. Consta ainda, de 82.000 metros de rede coletora, 11.800 metros de emissários, além 16 estações elevatórias. O investimento foi de mais de R\$ 50 milhões.

Estão sendo concluídas as obras para implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário:

- Da Bacia do Poxim, em Nossa Senhora do Socorro (Parque dos Faróis, Conjunto Jardim, Parque São José, Jardim Vila Ney, Parque de Maio e Pai André), com recursos oriundos de convênio firmado entre o Governo do Estado e o Ministério das Cidades. O Rio Poxim é um dos mananciais de grande importância no conjunto de alternativas de abastecimento de água às populações residentes em Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, estando no momento recebendo impactos altamente negativos, decorrente de fatores poluidores sobre as suas águas, muitos deles oriundos da falta de um sistema adequado de esgotamento sanitário. O valor do investimento foi de mais de R\$ 60 milhões e a expectativa é beneficiar até 2030 mais de 300.000 moradores da região. Consta de 31.000 metros de rede, 6.600 de emissários, 6 Estações Elevatórias e 1 Estação de Tratamento

- Da Zona Norte e Jabotiana, que possibilitará aos mais de 120 mil moradores da região – especificamente dos conjuntos Sol Nascente, JK, Santa Lúcia, anexos da região do bairro Aloque, e imóveis construídos às margens da Avenida Tancredo Neves, dispor de esgoto doméstico tratado, o que é fundamental para a despoluição do Rios Sergipe e Poxim. O valor investido nesse empreendimento é de R\$ 161 milhões.

- Da Sede do Município de São Cristóvão, primeira Capital do Estado e a quarta Cidade mais antiga do Brasil. A cidade se constitui em um dos fortes elementos formadores da demanda

turística do Estado, integrante da região metropolitana de Aracaju e, por este motivo, originando forte demanda para construções habitacionais no seu território, sediando a Universidade Federal de Sergipe. Dentro deste contexto, cabe destacar que São Cristóvão foi tombada pelo IPHAN em 1967, e estando hoje em processo de reconhecimento como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, a sede do município não possui ainda um Sistema de Esgotamento Sanitário adequado, as obras já haviam sido iniciadas para implantação em sua Primeira Etapa e este convênio, além de dar continuidade as ações em andamento, possibilitará a implantação da sua Segunda Etapa. O investimento foi de R\$ 19.307.763,09 e beneficiará em 2030 aproximadamente 32.362 habitantes, com Rede coletora de 45.350 metros, 2.700 metros de emissários, 6 Estações Elevatórias e 1 Estação de Tratamento de Esgotos.

- E da Sede do Município de Lagarto. Com a ampliação da infraestrutura sanitária, os moradores da sede do Município de Lagarto passarão a ter acesso à coleta e tratamento de esgoto. O empreendimento compreende obras voltadas a preservação de águas do Rio Piauí, importante ponto de manancial na região sul do Estado de Sergipe. Ao mesmo tempo, a área beneficiada é constituída por diversos bairros da cidade de Lagarto, cuja grave situação sanitária, em razão do alto índice de atendimento dos serviços de abastecimento de água, da ausência de coleta e tratamento de esgotos e da dificuldade de disposição dos esgotos no solo, põe em risco a saúde dos habitantes por conta das doenças de veiculação hídrica e daquelas transmitidas por insetos e roedores. Consta a construção de 110.500 metros de Rede Coletora, 6.570 metros de Emissário, 10 Elevatórias e 01 Estação de Tratamento de Esgoto, com investimento de R\$ 96 milhões.

7. GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Somos comprometidos com o desenvolvimento de ações que visam promover benefícios ao meio ambiente e à população sergipana.

Biodiversidade

Realizamos avaliação prévia das consequências de nossas atividades para o meio ambiente e desenvolvemos processos para reduzir impactos negativos, sobretudo aqueles decorrentes de tratamento de água e esgotamento sanitário. Todos os nossos projetos de engenharia estão em conformidade com as exigências ambientais, sendo submetidas aos órgãos competentes as solicitações de licenças prévias, de instalação e de operação, para exploração de mananciais; bem como são desenvolvidas diversas ações preventivas para adequação das operações aos requisitos ambientais exigidos, como conservação, proteção e fiscalização das

bacias hidrográficas, preservação e revitalização de mananciais de superfície e subterrâneos, acompanhamento contínuo do desempenho dos sistemas de água e esgoto e controle de qualidade dos produtos químicos utilizados nos sistemas de tratamento.

Somos membros titulares dos Conselhos Deliberativos de sete Unidades de Conservação Ambiental, sendo cinco estaduais (Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Capela; Parque Estadual do Marituba, em Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas; Área de Relevante Interesse Ecológico Mata do Cipó, em Siriri; Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul, que abrange Itaporanga, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba; e Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, em Aracaju, último fragmento de mata atlântica na capital) e três federais: Monumento Natural do São Francisco, em Canindé do São Francisco; Floresta Nacional do Ibura, em Nossa Senhora do Socorro; e Parque Nacional Serra de Itabaiana, em Areia Branca. Essas unidades representam o patrimônio ambiental do estado, com vegetação nativa, espécies ameaçadas de extinção, espécies endêmicas (Macaco-Guigó), belezas naturais e recursos hídricos fundamentais para o abastecimento humano, pesquisa científica e educação ambiental.

Sempre em busca de projetos de grande relevância para a sociedade, em 2020 iniciamos estudos para propor ao Governo do Estado de Sergipe a criação de Unidade de Conservação na área da Barragem do Poxim, com aproximadamente 1.300 hectares, sendo 190 hectares de Reserva Legal, com diversas espécies de anfíbios, répteis, aves e mamíferos.

Também firmamos parceria com o Sergipe Parque Tecnológico (SergipeTec), com vistas ao desenvolvimento de mudas específicas para áreas de recuperação de nascentes e matas ciliares ou córregos d'água, além da consolidação dos projetos já em curso, como o Saneamento Expresso e o trabalho institucional com prefeituras e outros órgãos em diversos municípios. Com a parceria, passamos a contar com profissionais altamente capacitados, que podem disponibilizar mudas rustificadas – adaptadas a estiagens –, possibilitando ainda mais o desenvolvimento delas e aumentando o índice de aproveitamento.

Gestão de Recursos Hídricos

Utilizamos recursos hídricos de mananciais superficiais e subterrâneos, diversificando as estruturas de captação de água de acordo com as características locais. Operamos 234 sistemas de captação de água, sendo 51 superficiais e 183 subterrâneos.

Os sistemas operam de acordo com o previsto em suas outorgas de uso dos recursos hídricos emitidas pelo órgão gestor estadual de recursos hídricos, quando se trata de mananciais estaduais, e pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), quando inseridos em mananciais federais.

O Estado de Sergipe apresenta cerca de 50% de sua superfície compreendida no conhecido Polígono das Secas nordestino, que se caracteriza pela irregularidade das chuvas e por baixas alturas precipitadas durante o ano, com elevada concentração em poucos meses. Desta forma predomina o balanço hídrico negativo, com precipitações médias anuais da ordem de 500 a 800 mm e taxas de evaporação muitas vezes superiores a 2000 mm. O comportamento das chuvas na região, mais especificamente nas Mesorregiões do Sertão e do Agreste, e a reduzida capacidade da maioria dos solos locais de armazenar água, aumentam a dependência humana com relação à ocorrência de chuvas, exigindo a adoção de medidas como transposição de água do rio São Francisco através de sistemas adutores integrados na Mesorregião do Sertão, além da construção de reservatórios artificiais, quando há fatores que impedem a presença de rios de caráter perene – excetuando-se o rio São Francisco. Assim, a vulnerabilidade das populações que habitam essas regiões decorre da instabilidade climática, que atinge patamares críticos nos períodos de seca, que ocorrem em média a cada cinco anos.

Para abastecimento de água da Região Metropolitana de Aracaju, localizada na mesorregião Leste, também é necessária a transposição de água do Rio São Francisco, tendo em vista que os mananciais da Ibura (subterrâneo), Poxim (superfície) e Pitanga (superfície) não têm potencial hídrico suficiente para atendimento satisfatório das demandas crescentes da população.

Em geral, os impactos ambientais nas Bacias Hidrográficas sergipanas apresentam similitudes. Entretanto, as particularidades locais em termos de sujeitos e dinâmica dos conflitos fazem com que a intensidade dos impactos ambientais apresente distinções. Os usos múltiplos da água no conjunto das Bacias Hidrográficas do Estado fazem desta um insumo escasso e limitado.

Dentre as principais categorias de uso das águas é possível destacar: Infraestrutura Social, Agricultura e Aquicultura, Industrial, Geração de Energia Hidrelétrica e Proteção Ambiental.

Atualmente, estima-se que Sergipe tenha uma demanda aproximada de 505,3 milhões de m^3 /ano. Dela, 269,1 milhões de m^3 /ano estão localizados na Bacia do Rio São Francisco – o que significa mais da metade. Nessa bacia se encontram as mais importantes áreas irrigadas do Estado. Descontadas as demandas da Bacia do Rio São Francisco, o restante de Sergipe contabiliza uma demanda de 236,2 milhões de m^3 /ano (7.489 l/s). A Bacia do Rio Sergipe tem uma demanda de 108,0 milhões de m^3 /ano (3.424 l/s) – a segunda maior por bacia. As demais bacias apresentam as seguintes demandas, em milhões de m^3 /ano: Vaza-Barris com 40,2 (1.276 l/s); Piauí com 40,0 (1.267 l/s); Japaratuba com 30,5 (967 l/s); Real com 16,1 (509 l/s) e, por fim, os GC 1 e 2 com 0,8 (24 l/s) e 0,6 (21 l/s). O resultado do balanço hídrico global do Estado indica um saldo de 20 bilhões de m^3 /ano. No entanto, quando se desconta a Bacia do Rio São Francisco, o superavit é de apenas 16,8 milhões de m^3 /ano, ou seja, algo como 0,5 m^3 /s.

Em nosso Estado, a Gestão dos Recursos Hídricos é regida pela Lei Estadual nº 3.870/1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, alterada pela Lei Estadual nº 4.600/2002, criando o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nas Bacias Hidrográficas compartilhadas com outros Estados, a Gestão é regida pela lei Federal nº 9.433/1997. Participamos ativamente da gestão dos recursos hídricos no estado por meio de colaboradores que, por indicação da nossa Diretoria, integram o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Fórum Sergipano de Comitê de Bacias e comitês de bacia hidrográfica (três estaduais, CBH do Rio Sergipe, CBH do Rio Japaratuba e CBH do Rio Piauí; e um federal, CBH do Rio São Francisco).

Gestão e Eficiência Energética

Em 2021 seguimos avançando no aumento da eficiência energética das nossas estações elevatórias de água e esgoto, com a implantação de *soft-starts* em substituição às tradicionais ligações estrela-triângulo, visando possibilitar a partida e a parada suave dos conjuntos motor-bomba, bem como promover a proteção do sistema, garantindo que o motor tenha a melhor *performance* possível. Implantamos ainda inversores de frequência, permitindo o controle da velocidade do motor, além da frenagem, frequência máxima/mínima e o monitoramento de corrente elétrica.

Licenças ambientais

Para a realização e o desenvolvimento das atividades como implantação e operação de empreendimentos de saneamento ambiental, que inclui Estações de Tratamento de Água (ETA), Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), laboratórios de análise, Estações Elevatórias, entre outras, são necessárias licenças ambientais. Em 2021, foram emitidas pelo órgão ambiental (Adema) 26 licenças, sendo 12 de instalação, oito de operação, quatro autorizações ambientais e duas autorizações para supressão de vegetação. No total, detemos 62 licenças ativas, sendo uma simplificada, 20 de instalação, 29 de operação, cinco autorizações ambientais e sete autorizações para supressão de vegetação.

Seguimos comprometidos com a redução e mitigação dos passivos ambientais advindos das obras e atividades em implantação, bem como as futuras, por meio do cumprimento das condicionantes estabelecidas pela Adema, o que configura mais um compromisso com o meio ambiente, conforme previsto em nosso Plano de Gestão Ambiental.

Destinação de resíduos

Os cuidados ambientais e a preservação são indiscutíveis para garantir uma saudável condição de vida local e um meio ecologicamente equilibrado para as atuais e futuras gerações. Assim, damos ênfase à Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a outros dispositivos na criação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Seu propósito é adequar o manejo dos resíduos sólidos gerados por nossas atividades, como materiais da construção civil, resultantes das ETAs e ETEs e comuns. Todas as nossas unidades estão sendo diagnosticadas quanto ao gerenciamento dos resíduos, de forma a elaborarmos uma estratégia mais assertiva a respeito do tema.

Trabalhamos em parceria com a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (Care). Em 2021, realizamos encontro a fim de capacitar os funcionários para o descarte correto do lixo. A ação contou com palestra educativa e apresentação lúdica, além de oficializar parceria com a organização, que passou a recolher semanalmente os recicláveis em nossas instalações.

Passamos também a apoiar e divulgar internamente o Projeto Tampas Pets, que reverte a receita da venda de produtos recicláveis (frascos de aerossol e tampas de plástico, ferro ou alumínio) para a castração de cães e gatos que vivem nas ruas. Como descartamos muitas embalagens, essa é uma forma de contribuímos para fortalecimento de uma causa que une preservação ambiental ao respeito pelos animais. Assim, disponibilizamos bombonas identificadas em nossas instalações para o descarte dos produtos para posterior envio ao projeto.

Relacionamento com o entorno

Temos como estratégia buscar a participação da comunidade, sensibilizando-a sobre a importância da coleta e tratamento de esgoto para a saúde individual e coletiva e do uso racional da água para combater o desperdício, além de disseminarmos informações referentes à preservação ambiental e conservação dos recursos hídricos. Esse propósito é materializado por diversos projetos permanentes e temporários, estruturados no âmbito de um amplo programa de Educação Ambiental.

As iniciativas incluem atividades para despertar a sensibilidade de professores a respeito das questões ambientais por meio de palestras, seminários e outros eventos (Deso vai à Escola); visitas técnicas monitoradas e supervisionadas a Estações de Tratamento de Água e Estações de Tratamento de Esgotos (A Escola Vem à Deso); e ações de educação ambiental em reuniões comunitárias e eventos socioambientais especiais (Deso e a Comunidade). Entretanto, devido à pandemia da Covid-19, essas atividades foram suspensas entre março e setembro. Foram realizadas 20 ações no âmbito dos três projetos, atendendo 1.430 pessoas.

Destacamos também o Saneamento Expresso, uma unidade móvel para apresentar, de forma lúdica e itinerante, o passo-a-passo do saneamento à população. Fomos a primeira empresa do Norte e Nordeste a desenvolver projeto no gênero, levando conhecimento a habitantes da capital e do interior. O veículo é equipado com material didático, que estimula a internalização do conteúdo apresentado, por meio de maquete, vídeos, materiais gráficos e outros recursos que possibilitam a aprendizagem. Conta ainda com um elevador para Portador de Necessidades Especiais (PNE), garantindo assim a acessibilidade.

Firmamos mais uma parceria com o Instituto Braços, entidade que representa o Movimento Nacional dos Direitos Humanos no Sergipe. Conduzimos um comodato do prédio de nossa antiga loja comercial em Aracaju para ser usado como nova sede da instituição social, de modo que ela

possa manter o atendimento nas frentes em que atua: o programa de enfrentamento ao racismo e o programa de defesa de direitos humanos.

Desde 2002 conduzimos o Deso Vida, programa de apoio às instituições assistenciais sem fins lucrativos. As entidades inscritas têm direito à redução de 50% no valor fixado para a tarifa comercial fixada em nosso quadro tarifário e parcelamento de dívida existente com redução em até 50% do total do débito. Entre os beneficiados estão a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), o Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição (Same), o Lar Infantil Cristo Redentor e a Associação dos Amigos dos Autistas.

Também oferecemos a Tarifa Social a clientes de baixa renda com imóveis cadastrado na categoria residencial social. O benefício consiste em desconto nas tarifas de água e esgoto de acordo com o consumo, limitado a 20 m³, por um prazo de 24 meses, podendo ser renovado.

O nosso Programa Jovem Aprendiz, baseado na Lei da Aprendizagem, tem como objetivo a formação de jovens para o desenvolvimento de habilidades profissionais e de noções de cidadania. A iniciativa é implementada em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e cerca de 40 jovens estão em nosso time nessa categoria, com carga horária de trabalho de quatro horas diárias, de segunda a quinta. A sexta-feira é dedicada à parte teórica, que inclui aulas de ética, comportamento, sociologia e procedimentos básicos.

Estudantes de graduação em como Engenharia (Civil, Elétrica, Ambiental e Sanitarista, Química), Administração, Secretariado, Enfermagem, Serviço Social, Direito, Contabilidade, entre outras formações também integram o nosso time. A porta de entrada é o nosso Programa de Estágio, resultado de uma parceria que estabelecemos com o Instituto Euvaldo Lodi, criado em 1969 com o objetivo de promover a interação entre a Indústria e a Universidade. Apesar de, por sermos uma *empresa pública*, não podermos contratar os estagiários após o período do contrato, ajudamos a ensinar as competências fundamentais para o futuro profissional dos estudantes, o que permite trocas de experiência e promove a ampliação de conhecimentos teóricos, bem como e a reflexão sobre sua relação com a prática.

8. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2021 seguimos firme na estratégia de priorização da redução de custos e despesas, com destaque para o processo de migração de energia elétrica do ambiente de contratação regulada (ACR) para o ambiente de contratação livre (ACL), iniciada no ano passado. No ACR a contratação se dá por meio de contratos de fornecimento entre o consumidor cativo e a concessionária em que se encontra conectado. Nesse caso, o cliente não tem a opção de escolher de quem comprar energia, enquanto no ACL a contratação ocorre com a possibilidade de o fornecedor ser gerador e/ou comercializador de energia. Além da livre negociação, o ACL apresenta vantagens como ausência de bandeiras tarifárias e desconto na tarifa do uso do sistema de distribuição (TUSD) ao utilizar energias alternativas (incentivadas). A economia acumulada em 2021, foi de R\$ 6.253.361,48, com previsão de uma economia total de R\$ 45 milhões nos próximos quadro anos.

Receitas operacionais líquidas

A nossa receita operacional líquida em 2020 foi de R\$ 655 milhões, 3,78% superior na comparação com o ano anterior.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	518.354.350	490.648.982
Receitas de Esgoto	115.997,184	112.683.834
Receitas de Outros serviços	80.460.408	33.717.985
Receitas a Faturar	5.407.525	(1.390.353)
Total das Receitas Operacionais	720.219.467	635.660.448
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(53.415.470)	(47.749.004)
PIS/PASEP	(11.538.790)	(10.323.056)
Total das deduções	(64.954.260)	(58.072.060)
Total da Receita Operacional Líquida	655.265.207	577.588.388

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receita Operacional Bruta		
Residencial	498.489.859	474.250.887
Comercial	67.178.263	62.350.159
Industrial	24.152.584	5.577.784
Órgãos Públicos	44.530.828	61.153.986
Receitas de Outros serviços	80.460.408	33.717.985
Receitas a Faturar	5.407.525	(1.390.353)
Total das Receitas Operacionais	720.219.467	635.660.448

Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação no período foi 5,13 pontos percentuais acima do registrado em 2020 (91,74%), alcançando 96,87%. O movimento reflete a recuperação de débitos de anos anteriores com o Governo do Estado.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Faturamento	714.811.942	635.660.448
Arrecadação	700.227.045	615.757.200
% da Taxa de Arrecadação		96,87%

EBITDA

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA, na sigla em inglês) foi de R\$ 62,19 milhões – valor 11,79% maior na comparação com o computado em 2019, acompanhando o aumento da nossa eficiência operacional. A margem EBITDA encerrou o ano em 10,76%.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Despesas com Pessoal	(265.413.404)	(175.009.818)
Energia Elétrica	(107.229.089)	(87.717.864)
Serviços de Terceiros	(87.973.426)	(89.501.936)
Produtos Químicos	(20.844.550)	(28.155.607)
Materiais	(15.262.569)	(12.086.359)
Depreciações e Amortizações	(35.395.969)	(43.805.496)
Perdas na Realização de Crédito	-	(25.733.084)
Outros Custos e Despesas	(24.089.434)	(13.388.104)
Total dos Custos e Despesas	(556.208.441)	(557.681.081)

Lucro Líquido

O lucro líquido em 2021 foi de R\$ 40,34 milhões, contra 7,74 milhões em 2020, refletindo em uma margem líquida de 6,16%.

Captação de Recursos e Endividamento

Em novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste para a realização de obras de Saneamento Básico em Sergipe. Ao todo, serão R\$ 270.050.000,00 investidos. Destes, R\$ 216.000.000,00 corresponde ao valor financiado e R\$ 54.050.000,00 serão de contrapartida da Companhia. Os recursos serão direcionados para a ampliação da Estação de Tratamento de Água do Semiárido, implantação da 2ª Etapa da Duplicação da Adutora do Sertão, do trecho de Nossa Senhora Aparecida a Simão Dias, implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Boquim, Carira, Itabaianinha, Nossa Senhora da Glória, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto, com mais de 250 mil pessoas beneficiadas.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 1,16% a 6% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para Janeiro de 2025.

Estão em andamento os seguintes empréstimos:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENC. FINAL	T. ANUAL JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
BANCO SOFISA SA CT 4961	19.317.314	6.768.383	25.085.697	Mai/23	5,54	CDI
BC BRASIL CT 40000095	176.242	299.584	477.825	Jan/25	6,00	-
BC BRASIL CT 400000079	39.223	38.230	77,46	Jan/24	3,50	-
BC DAYCOVAL CT 82282-7	3.994.259	0	3.994.259	Mai/22	4,28	CDI
BC DAYCOVAL CT 84967-9	10.790.710	0	10.790.710	Jun/22	4,28	CDI
TOTAIS	33.319.757	7.106.197	40.425.954	-	---	-

Parcelamentos

Em 2021, seguimos com os parcelamentos assumidos em anos anteriores, para regularização de débito previdenciário (INSS) e tributário (PIS/PASEP e COFINS) e outros.

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
PERT LEI 13.496 - COFINS	1.017.597	6.342.834	7.360.431	DEZ\2030
PERT LEI 13.496 - INSS	878.226	5.188.362	6.066.588	DEZ\2030
REFIS LEI 12.996 - COD. 4750	1.184.868	7.888.893	9.073.461	NOV\2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4737	443.530	2.646.134	3.089.663	FEV\2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4743	332.918	920.252	1.253.170	OUT\2025
REFIS LEI 12.996 - COD. 4720	276.554	1.206.168	1.482.722	JUL\2027
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP	24.032	32.250	57.281	JUN/2024
SIMPLIFICADO - INSS	370.408	746.374	1.116.782	FEV/2025
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP E COFINS	829.752	1.934.137	2.763.889	JUN/2025
T O T A I S	5.357.884	26.906.103	32.263.987	-

CARLOS FERNANDES DE
MELO NETO:66182883553

Assinado de forma digital
por CARLOS FERNANDES DE
MELO NETO:66182883553

Carlos Fernandes De Melo Neto

Diretor-Presidente

RICARDO PEREIRA SIMOES
DOS REIS:60137282591

Assinado de forma digital por RICARDO
PEREIRA SIMOES DOS REIS:60137282591
Dados: 2022.05.09 11:52:27 -03'00'

Ricardo Pereira Simões Dos Reis

Diretor de Gestão Corporativa

JOSE GABRIEL ALMEIDA
DE CAMPOS:69515867568

Assinado de forma digital por JOSE
GABRIEL ALMEIDA DE
CAMPOS:69515867568
Dados: 2022.05.09 12:11:11 -03'00'

José Gabriel Almeida de Campos

Diretor de Meio Ambiente e Expansão

CARLOS ANDERSON SILVEIRA
PEDREIRA:77699653572

Assinado de forma digital por
CARLOS ANDERSON SILVEIRA
PEDREIRA:77699653572

Carlos Anderson Silveira Pedreira

Diretor de Operação e Manutenção

FABIOLA JULISSE MENDES
MEDEIROS:97604712568

Assinado de forma digital por FABIOLA
JULISSE MENDES
MEDEIROS:97604712568

Fabíola Julisse Mendes Medeiros

Diretora Comercial e Financeiro